

SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SURDAS: DIFERENÇA DE GÊNERO E VULNERABILIDADE LINGUÍSTICA

**SOBRE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES SORDAS: DIFERENCIA DE GÉNERO Y
VULNERABILIDAD LINGÜÍSTICA**

**ABOUT VIOLENCE AGAINST DEAF WOMEN: GENDER DIFFERENCE AND LINGUISTIC
VULNERABILITY**

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Luciane Cruz Silveira**

Instituto Nacional de Educação de Surdos

RESUMO: Trata-se de um artigo que se faz no entrelaçamento da Análise de Discurso materialista (Pêcheux, 1988; 1997; 2002; Orlandi, 1990; 2005; Lagazzi, 2009; 2019) e os Estudos Surdos (Skliar, 1998) e propõe como tema uma reflexão sobre a violência contra as mulheres surdas. Para (re)conhecer de forma mais detida a complexidade do tema, privilegamos os estudos desenvolvidos por mulheres surdas (Perlin; Vilhalva, 2017; Santos; Stumpf, 2019). Em perspectiva dos princípios teóricos e procedimentos analíticos da AD, pretendemos mostrar como situações de violência contra mulheres surdas passam pela vulnerabilidade linguística. Além disso, buscamos listar algumas redes de apoio a essas mulheres, tanto no que se refere ao acesso aos direitos (civis e linguísticos) como o atendimento institucional para o enfrentamento dos diversos tipos de violência baseada em gênero. Por fim, buscamos analisar o documentário *Seremos ouvidas*. Para tal, mobilizaremos a noção de “materialidade significativa” (Lagazzi, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Violência. Mulheres surdas. Acolhimento linguístico.

RESUMEN: Este es un artículo que entrelaza el Análisis Materialista del Discurso (Pêcheux, 1988; 1997; 2002; Orlandi, 1990; 2005; Lagazzi, 2009; 2019) y los Estudios Sordos (Skliar, 1998) y propone como tema una reflexión sobre la violencia contra las mujeres surdas. Para (re)comprender con más detalle la complejidad del tema, privilegamos estudios desarrollados principalmente por

* Professora Associada de Linguística na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição. Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: angelabaalbaki@hotmail.com.

** Professora Adjunta de Libras no Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Assessora da Direção Geral do INES. Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: lucianacruz72@hotmail.com

mujeres sordas (Perlin; Vilhalva, 2017; Santos; Stumpf, 2019). En perspectiva de los principios teóricos y procedimientos analíticos de AD, pretendemos mostrar cómo las situaciones de violencia contra las mujeres sordas pasan por la vulnerabilidad lingüística. Además, intentamos enumerar algunas redes de apoyo a estas mujeres, tanto en el acceso a los derechos (civiles y lingüísticos) como en la atención institucional para el enfrentamiento de los diferentes tipos de la violencia de género. Por fin, buscamos analizar el documental *Seremos ouvidas*. Para ello movilizaremos la noción de “materialidad significativa” (Lagazzi, 2009).

PALABRAS CLAVE: Análisis del Discurso. Violencia. Mujeres sordas. Recepción lingüística.

ABSTRACT: This is an article that weaves in the intermingling of Materialist Discourse Analysis (Pêcheux, 1988; 1997; 2002; Orlandi, 1990; 2005; Lagazzi, 2009; 2019), and Deaf Studies (Skliar, 1998) and proposes as a theme that reflection on violence against deaf women. In order to (re)understand the complexity of the subject in more detail, we privileged studies mainly developed by deaf women (Perlin; Vilhalva, 2017; Santos; Stumpf, 2019). In perspective of the theoretical principles and analytical procedures of AD we intend to show how situations of violence against deaf women go through non-linguistic vulnerability. In addition, we try to list some support networks for these women, both in terms of access to rights (civil and linguistics) and institutional assistance for coping with them in different types of gender-based violence. By the end, we seek to analyze the documentary *Seremos ouvidas*. For that purpose, we will mobilize the notion of “significant materiality” (Lagazzi, 2009).

KEYWORDS: Discourse Analysis. Violence. Deaf women. Linguistic reception.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, sobretudo, em consequência da pandemia do SARS-CoV-2, os casos de violência contra as mulheres aumentaram significativamente (Gomes, 2020). Infelizmente, nosso país ainda permanece no 5º lugar no ranking de feminicídio. A falta de políticas públicas efetivas (falta de delegacias ou de redes de proteção) coloca mulheres em maior vulnerabilidade, em especial, aquelas que vivem em isolamento social ou sem acesso aos direitos em decorrência de alguma barreira linguística (Santos; Stumpf, 2019).

Quando se trata de mulheres surdas, sejam cisgênero ou transgênero¹, a situação ainda é mais grave. Lamberg e Oliveira (2017, p. 8) destacam que “a mulher surda sofre violência duplamente, por ser mulher e por ser surda [...]”. Por sua vez, Cardoso e Pinto (2017, p. 1) asseveram que mulheres surdas sofrem “[...] múltiplos silenciamentos, pois, além das questões linguísticas, temos aí a questão de gênero, tornando-as vulneráveis a todo tipo de violência”. Mostra-se, portanto, uma situação que pode ser entendida como um somatório de vulnerabilidades.

No interior de um sistema de várias opressões imbricadas, em que as relações de poder estão atravessadas por diversas intersecções, as mulheres surdas sempre encontraram obstáculos na sociedade, principalmente devido à barreira linguística. Em situações em que essas mulheres surdas “gritam” por socorro, acabam, muitas vezes, tendo suas reivindicações ignoradas, sem que ninguém verifique a situação. Em outras palavras, abandono e falta de acolhimento à dor vivida e à língua de sinais são recorrentes. São comuns os relatos que retomam os seguintes dizeres: quando mulheres surdas vão até a delegacia para relatar seu caso de violência sofrida e registrar o boletim de ocorrência (BO), o mais corriqueiro é que os policiais não as entendam. Qual é o caminho que as mulheres surdas devem seguir para serem socorridas e acolhidas?

Em nossa formação social, em larga medida, observamos dizeres sobre a culpa atribuída à mulher na tentativa de justificar a violência por ela sofrida. Isto é, a culpabilização do ato de violência recai sobre a vítima, sejam mulheres ouvintes, sejam mulheres surdas. Especificamente sobre as últimas, violência e abandono fazem com que se sintam desvalorizadas e desmerecidas. Mulheres surdas não conseguem se significar e fazer significar em espaços em que a língua de sinais não circula e, de forma agravada, não conseguem fazê-lo nas delegacias, onde deveriam encontrar um serviço de acolhimento para que pudessem ser ajudadas sem serem (pré) julgadas.

¹ Enquanto o termo “cisgênero” é usado para definir pessoas que se identificam com o gênero associado ao sexo biológico, o termo “transgênero”, para definir pessoas que não se identificam com o gênero associado ao sexo biológico.

Neste artigo, temos como objetivo trazer à baila uma discussão a respeito de violência contra mulheres surdas socialmente invisibilizadas e silenciadas. Filiamo-nos ao quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista (AD) para desenvolver as análises de um documentário sobre três mulheres surdas; além de buscar apresentar questões relativas à ausência de acolhimento linguístico e difundir saberes e redes de proteção para mulheres surdas.

Nosso artigo está dividido em três partes. Inicialmente, trazemos os pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso materialista, uma disciplina constituída a partir da tríade: linguística, psicanálise e materialismo histórico. Em seguida, percorremos, de forma breve, as condições sócio-históricas de produção de discursos sobre violência contra mulheres, destacando algumas situações de violência, em geral, retratadas em trabalhos acadêmicos ou em jornais digitais. Passamos a apresentar algumas (ainda poucas) ações de difusão de saberes sobre leis e direito das mulheres em Libras e de redes de proteção para mulheres surdas. Por fim, analisamos o documentário *Seremos ouvidas* (2020), um curta com 13 minutos de duração que aborda a violência relatada por três mulheres surdas: Gabriela, Celma e Klicia. Trata-se, portanto, de um artigo que tem como horizonte promover “[...] uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (Pêcheux, 2002, p. 57).

2 UM GESTO DE APRESENTAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Fundamentamos nosso artigo na perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista. Destacamos o nome do filósofo francês Michel Pêcheux como o fundador² dessa disciplina que teve sua emergência marcada pela publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD-69). Se a Análise de Discurso foi inicialmente formulada na França, no Brasil ela suscitou novos incrementos teórico-metodológicos, sobretudo, com as pesquisas coordenadas por Eni Orlandi (1984) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Apesar de movimentações teóricas promovidas ao longo de décadas, a relação entre sujeito e sentido permaneceu sendo seu principal pilar. Nesta perspectiva, trata-se de uma teoria não-subjetiva da subjetividade, ou melhor, uma teoria em que o histórico e o ideológico são convocados a participar como categorias determinantes dos sujeitos e dos sentidos. Disso vale dizer que os sentidos se confrontam em disputa por espaços de estabilização – como, por exemplo, aqueles que estabilizam a falta de acessibilidade a mulheres surdas nas delegacias.

A proposta teórica instaurada por Pêcheux, que pretendia abrir uma fissura no campo das ciências sociais, especificamente no campo da psicologia social, convocava três regiões do conhecimento, a saber, o materialismo histórico, como teoria das formações sociais, incluindo a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. Todas atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (Pêcheux, 1997 [1969]). Orlandi (2000), diz-nos sobre a constituição desta disciplina:

[...] se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2000, p. 20).

Orlandi (2004) caracteriza a Análise de Discurso (AD) como uma disciplina de entremeio, já que sua característica fundante é ser intervalar. A referida autora considera a AD, portanto, com “uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”. (Orlandi, 2004, p. 23). Em conformidade com tal formulação, podemos dizer que uma disciplina de entremeio não acumula positivamente conhecimentos. Destarte, a Análise de Discurso

² Não se pode esquecer, contudo, os demais pesquisadores que participaram dessa nova empreitada teórica: F. Gadet, P. Henry, D. Maldidier, J. Authier-Revuz, R. Robin, M. Plon, entre outros.

reinscreve suas questões a cada prática analítica, em um movimento de compreensão da teoria em sua relação à prática – como em um batimento pendular (Petri, 2013).

O objeto central dessa disciplina é o discurso, definido por Pêcheux (1997 [1969], p. 81-82), como “efeito de sentido entre locutores”. Deste modo, o objeto teórico com o que se atenta a Análise de Discurso não é uma simples superação da linguística saussuriana, haja vista que o discurso é um objeto sócio-histórico, no qual o linguístico é pressuposto. Trata-se, efetivamente, de outro objeto teórico.

A relação existente entre os processos discursivos repousa na materialidade da língua. Dito de outra forma, a língua constitui o lugar material, a base na qual se realizam os processos discursivos, fonte de produção de efeitos de sentido. Para Pêcheux (1988), língua é condição de possibilidade do discurso. No caso do presente artigo, consideramos a Libras (ou qualquer outra língua de sinais) como a base material em que sujeitos surdos produzem suas formulações discursivas.

O discurso, por sua vez, é um processo que se desenvolve em determinadas conjunturas sócio-históricas, é o lugar em que a ideologia se materializa e estabelece relação com a língua, produtora de sentidos por e para sujeitos. São os processos discursivos – os sistemas de relações de significantes – que interessam aos analistas de discurso.

Na visada da Análise de Discurso materialista, o dispositivo teórico refere-se a todo seu quadro teórico. Tal dispositivo se particulariza frente aos conceitos mobilizados em cada análise. O conjunto de conceitos trabalhados em vista à pergunta, aos objetivos e à natureza de material de análise compõe o que podemos chamar de “dispositivo analítico” (Orlandi, 2000).

Vale lembrar que na Análise de Discurso o *corpus* é uma constituição do analista; está sempre aberto, podendo incorporar outros textos. A completude só funciona como efeito imaginário; uma ilusão de fechamento. Feita essa ressalva, temos como *corpus* principal o documentário *Seremos ouvidas* (Seremos ..., 2020). Outros textos (jornalísticos, textos legais, relatos etc.) compõem um *corpus* secundário que tem como propósito sustentar a compreensão de certos dizeres presentes no documentário.

Considerando o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso, podemos nos posicionar criticamente frente a algumas questões sociais. A partir dessa perspectiva, então, elaboramos algumas perguntas discursivas que buscam conduzir nossas análises, a saber: como a violência contra mulheres surdas pode ser significada em nossa formação social? Como significa a presença ou a ausência da Libras em atendimentos realizados com mulheres surdas vítimas de violência? Buscando respostas possíveis a estas perguntas, procedemos ao recorte do material de análise. Ou seja, selecionamos, recortamos, agrupamos seqüências discursivas – em um retorno contínuo com a teoria –, buscando relacionar os textos com a história, no trabalho contínuo da(s) materialidade(s) em relação ao ideológico.

Vale ressaltar que nosso gesto analítico se fez a partir de determinados recortes na materialidade significante³ (Lagazzi, 2009), recortes que tomam a imbricação material na composição e formulação do documentário. Assumimos, por conseguinte, que partimos da noção de recorte, compreendido como: [...] o dispositivo teórico-analítico discursivo apresenta as condições necessárias para a prática analítica de objetos simbólicos constituídos por diferentes materialidades significantes. Esse dispositivo permite ao analista mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significante sejam desconsideradas (Lagazzi, 2009, p. 67-68).

Especificamente para a análise do documentário, tomamos de empréstimo os procedimentos operados por Lagazzi (2009, p. 68) que observam a “[...] reabertura de janelas, cujo funcionamento tende à dispersão e leva ao não fechamento interpretativo”. As cenas que compõem o documentário, continua a referida autora, “aparecem como episódios amalgamados, em um contínuo que não define inícios ou finais” (p.72), em um movimento que “[t]anto o verbal quanto o visual se conjugam na inconclusão” (p.73). Além da reabertura de janelas, observamos também a concomitância de janelas, em que cenas distintas são colocadas lado a lado, o que chamamos de corte-inserção.

³ Tal como o fazemos seguindo a reflexão de Lagazzi (2009), a noção pode ser definida como a imbricação das materialidades verbal e não verbal.

3 MULHERES SURDAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E DE ABANDONO LINGUÍSTICO

Em uma situação como a de estar em uma delegacia após uma violência sofrida, por terem que relatar uma situação traumática, muitos sentimentos atravessam as mulheres, como ansiedade e nervosismo. Adicionalmente, para mulheres surdas, a questão também passa pela barreira linguística.

Santos e Stumpf (2019, p.55) comentam que “[a] falta de sensibilização e de consciência social sobre os riscos aos quais as mulheres surdas estão expostas é gritante”. Esse é um problema grave, que coloca ainda mais em risco as mulheres surdas. Certamente, as delegacias devem ser preparadas e capacitadas para receberem e atenderem a essas mulheres⁴. Entretanto, esta é uma conjuntura que ainda não encontramos de forma consolidada, sequer nos grandes centros urbanos do nosso país.

Há muitos relatos de mulheres surdas que procuraram delegacias para serem atendidas, mas por não ter nenhum profissional capacitado para o atendimento em Libras, acabam recorrendo à leitura labial. Esse recurso não é a melhor forma de atendê-las, apesar de certo imaginário que concebe que qualquer surdo sabe e compreende leitura labial. Afinal, como já apontava o filósofo francês, M. Pêcheux, “a língua serve para comunicar e para não-comunicar” (Pêcheux, 1988, p.21). E tudo parece indicar que, nesses casos, a língua (de sinais) não comunica.

Em caso de relatos de violência, as mulheres estão apreensivas, fragilizadas e psicologicamente sensíveis, e deveriam poder se comunicar em sua língua de conforto. E nos perguntamos: como proceder nessas situações, já que não há atendimento em Libras? Ou, na fala das pesquisadoras surdas: “[...] como ligar para a delegacia da mulher, lá não tem intérprete, comunicação por vídeo, nada para nós que usamos libras” (Perlin; Vilhalva, 2017, p.131).

Como já dito anteriormente, essas mulheres passam por situações traumáticas, e nas delegacias acabam não tendo como se fazer entender e, conseqüentemente, não conseguem relatar detalhes importantes. Por exemplo, muitas vezes o registro da ocorrência é feito de forma simplificada e sem nenhum encaminhamento, sendo as vítimas liberadas para saírem da delegacia sem nenhuma explicação ou resolução. A mulher surda vítima de violência acaba sentindo-se insegura, pois ninguém a entende. Nesta ocorrência,

[p]ara uma mulher surda, a situação se apresenta com outro impedimento. Se já é possível observar um silenciamento da mulher ouvinte que sofre violência por razões de ordem social, moral, religiosa; para a mulher surda, a situação mostra-se acrescida pela sua vulnerabilidade linguística. Se há a dificuldade de se estabelecer a agressão sofrida como um caso de violência contra mulher no sistema de leis atual; se há a falta de delegacias especializadas em atendimento à mulher vítima de violência em número suficiente no país; se há a falta de preparo dos profissionais que atendem tais mulheres e facilitam ou não o registro dos casos, ao nos depararmos com a questão da falta de intérpretes para possibilitar/facilitar a comunicação entre os envolvidos no processo, vemos que há vários outros dispositivos em funcionamento que podem manter essa mulher à margem, no silêncio aqui tomado como a impossibilidade de dizer e de fazer sentido (Baalbaki; Rebelo, 2021, p. 92).

A maioria das mulheres surdas sofre discriminação linguística, isto é, sua língua e sua forma de se expressar, que passam pela visualidade, não são respeitadas. Como afirmam as pesquisadoras surdas Perlin e Vilhalva (2017),

[e]ssa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (Perlin; Vilhalva, 2017, p. 131).

⁴ Sugerimos a leitura da notícia *Jovem surda agredida por companheiro com socos e pontapés relata que foi vítima de estupro* (Jovem..., 2020).

As mulheres surdas são vítimas de violência dos mais diversos tipos (violência doméstica, física, sexual, psicológica, casos de interdição, perda da guarda dos filhos, imperícia médica, trabalho análogo à escravidão⁵ etc.), além da violência cometida pela interdição à língua promovida em espaços públicos. É recorrente o relato de falta de intérpretes; tem-se uma violência seguida de outra violência.

A ausência de acessibilidade nas delegacias para mulheres surdas, além de ser uma negativa e um desrespeito a seus direitos, pode colocar suas vidas em risco. Há de se manter a luta pela garantia e pelo cumprimento de atendimento em Libras, assegurado por lei. As delegacias fazem parte de um sistema público que deve estar preparado para também receber mulheres surdas. Garantir a presença do intérprete de Libras e fazer com que elas recebam um serviço de qualidade correspondem aos primeiros passos do processo de denúncia e de busca por justiça.

Todos os dizeres aqui reunidos indicam um mesmo endereçamento discursivo: o silenciamento de mulheres surdas que não conseguem denunciar a violência doméstica (ou qualquer outra forma de violência)⁶. É imperativa a criação de mecanismos tecnológicos que garantam o direito à segurança e à vida dessas mulheres. Cabe frisar que compreendemos, a partir de uma visada discursiva, o silenciamento como uma forma de silêncio em que “um discurso diz para não deixar que se digam as ‘outras’ palavras” (Orlandi, 1990, p. 122). Além disso, é importante considerar que

[...] a interdição sofrida pela mulher surda se inicia na própria forma de produção de discursos materializados na língua de sinais, que se caracteriza por ser espaço-visual. Em outras palavras, uma interdição à língua, ou melhor, uma “forma de controle – de se enunciar em Libras” (BAALBAKI, 2016, p. 325) antecede a interdição à denúncia da violência sofrida. Um duplo silenciamento, portanto, marcaria a inserção dessa mulher à textualidade da proteção validada e promovida por lei (Baalbaki; Rebelo, 2021, p. 100).

Ao revisitarmos o que consideramos as bases de garantias legais em nosso país, trazemos, em destaque, a Constituição Federal (Brasil, 1988). Em seu art. 205, assegura-se a igualdade da condição de acesso e a garantia do desenvolvimento de todos os cidadãos. A chamada Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no art. 53, indica que “[a] acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (Brasil, 2015). Desta feita, mesmo que mulheres surdas não saibam ou não consigam formular seus enunciados por meio da língua portuguesa escrita, é um direito serem atendidas em Libras. A falha do processo nas delegacias é a institucionalização do silenciamento a que estão submetidos os surdos, principalmente as mulheres (duplamente, por serem mulheres e por serem surdas). Eis o que designamos, anteriormente, por somatório de vulnerabilidades.

4 AÇÕES DE DIFUSÃO DE SABERES E REDES DE PROTEÇÃO À MULHER SURDA

Ainda são pouquíssimas as ações de difusão de saberes sobre direitos das mulheres em Libras e de redes de serviços de proteção e apoio às mulheres surdas em situação de violência; digam-se mulheres dilaceradas em diversas formas que buscam os serviços de defesa e acolhimento. Nesta seção, propomos apresentar a historicidade de alguns possíveis tipos de atendimentos prestados. Em vários de seus congressos, a Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf – WFD), tem promovido, por meio de reuniões de grupo de trabalho, a criação de espaços de acolhimento para mulheres surdas ao redor do mundo. Klein e Formozo (2007) apresentam algumas considerações a respeito da Federação:

Mais da metade da população surda mundial são mulheres, segundo dados da Federação Mundial de Surdos (WDF). A WFD possui um grupo de trabalho sobre mulheres surdas, cuja pauta de discussões baseia-se na

⁵ Sugerimos a leitura da notícia *Mulher ouvida em investigação que apura trabalho análogo à escravidão na casa de desembargador de SC tem “língua própria” e depõe com intérprete* (Borges; Caldas; Lux, 2023).

⁶ Podemos identificar tais situações como as enunciadas em notícia *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes* (Costa, 2019), publicada em 14 de abril de 2019. Tal notícia foi objeto de análise de Baalbaki e Rebelo (2021).

análise do papel das surdas nos movimentos surdos, além de denunciar a situação de vulnerabilidade em que muitas dessas mulheres se encontram. A referida comissão pretende ainda criar redes de solidariedade mundiais entre mulheres surdas de todo o planeta. (Klein; Formozo, 2007, p. 101).

Pode-se dizer que o “despertar das mulheres surdas”⁷, ou seja, o movimento dessas mulheres deu-se no Brasil no início do século XXI. Por exemplo, em Campo Grande, município de Mato Grosso do Sul, formou-se, em 2004, um grupo de mulheres surdas, “[a] fim de elaborar propostas para o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes, ocorrido em Belo Horizonte, também em 2004” (Klein; Formozo, 2007, p. 101). Em documento produzido por Shirley Vilhalva (pedagoga surda), relatando o encontro de 2004, pode-se dizer que o evento teve como “[o]bjetivo principal desencadear movimentos de mulheres surdas em todos os países na América Latina para lutar por direito à saúde, à educação, à proteção de mulheres vítimas de violência, à participação política, entre outros” (Klein; Formozo, 2007).

Outros encontros locais⁸ e documentos que pautam questões relativas às mulheres surdas nas políticas linguísticas e políticas sociais no movimento surdo foram produzidos ao longo das décadas seguintes. Em uma reunião, em março de 2016, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) convidou duas mulheres surdas, Gladis Perlin e Shirley Vilhalva, para a representarem na Consulta Nacional para as Mulheres Deficientes e Mulheres Ciganas⁹ que aconteceu em Brasília no mesmo ano. A Consulta tinha como objetivo apresentar e levantar discussão de certas pautas para mulheres surdas. No evento, situações de violência sofridas foram discorridas, assim como propostas foram concebidas.

Em decorrência da participação na Consulta, o documento *Mulher surda: política linguística nas políticas sociais* foi entregue à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que contava com elementos específicos a respeito da violência sofrida por mulheres surdas. Perlin e Vilhalva (2017) reuniram alguns tópicos que deveriam sustentar as ações de acolhimento e orientação às mulheres surdas. Eis alguns deles:

- a questão da violência contra a mulher surda, aspecto que é citado como de maior incidência (entre as mulheres surdas diante de sua fragilidade) como: rapto, incesto, assédio sexual, prostituição e violência doméstica;
- a questão de capacitar a mulher surda a construir resistência aos abusos psíquicos e morais que abrem porta à progressiva instalação da violência doméstica ou no trabalho;
- as delegacias da mulher, com acesso em libras, mediante intérprete ou tecnologia específica que pode ser Whatsapp, Skype ou outros mais recentes;
- traduzir para a libras a lei Maria da Penha e outros documentos. (Perlin; Vilhalva, 2017, p. 134-135).

Dentre as propostas, destacamos a criação de instruções a serem apresentadas em diversos espaços para o atendimento de mulheres surdas. Como as referidas autoras apontam, é essencial que haja a tradução¹⁰ em Libras da Lei Maria da Penha para que mulheres surdas tenham acesso integral à lei.

Sabemos que a aceitação de denúncias de mulheres ouvintes, atualmente, é um pouco mais comum, mas historicamente também sofreu (e ainda passa por) percalços. A Lei Maria da Penha, em nossa perspectiva teórica, teria sido um acontecimento discursivo¹¹

⁷ Colocamos o movimento de mulheres surdas em relação ao movimento surdo francês “o despertar surdo” (*le réveil sourd*) que teve sua emergência a partir da década de 1970.

⁸ Podemos citar: o “Encontro de Mulheres Surdas de Pelotas/RS”; o “Primeiro Encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas” (ocorrido em São Paulo/SP, em 2015), dentre outros.

⁹ Tal ação foi promovida pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República.

¹⁰ Em relação às questões ligadas à tradução e à interpretação em Libras, Santos e Stumpf (2019, p. 42) consideram que é extremamente relevante “[c]riar projetos, redes de cooperação e de formação multidisciplinar, com, em especial, intérpretes e profissionais da justiça”, de forma a granjear a luta por justiça social e equidade de gênero. No caso da Lei Maria da Penha, teve, inicialmente, uma tradução (no formato de CD) promovida pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) do estado de Mato Grosso do Sul.

(Pêcheux, 2002) que funcionou como um divisor de águas nesse processo. Retomar a historicidade que culminou com a tradução da Lei Maria da Penha em Libras é um ponto extremamente relevante, já que faz circular em outra materialidade linguística certos sentidos sobre defesa das mulheres. E também como essa lei, ainda que gerada no “mundo dos ouvintes”, pode e deve ser usada para orientar a campanha acerca da violência contra as mulheres surdas.

No mesmo ano, em 2016, ocorreu o primeiro Encontro Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro. Durante o evento, Maria Auxiliadora Araújo, assistente social, surda, coordenadora do programa de política para mulheres surdas da FENEIS, enfatizou que

[...] foi criado um grupo no Facebook (hoje com 12 pessoas), no qual mulheres surdas começaram a debater sobre direitos femininos. Desde então, segundo as organizadoras que tocam o projeto com recursos próprios, o grupo vem sendo procurado por mulheres que sofrem violência doméstica. No caso das surdas o problema é ainda mais grave devido à falta de acesso à informação (Oliveira, 2016, paginação irregular).

Seguindo algumas sugestões formuladas por Perlin e Vilhalva (2017), observamos que existem outras possibilidades de atendimento, por exemplo, por meio de WhatsApp e de videochamadas. Tais indicações devem ser incluídas nas instruções que podem assegurar um atendimento mais acolhedor, uma vez que se garante a realização em Libras.

Em uma perspectiva dos Estudos Surdos e dos Estudos de Tradução, Santos e Stumpf (2019) destacam a importância da tradução de textos jurídicos e instrucionais para Libras como forma de promoção de direitos e de redução da violência contra as mulheres, principalmente, as surdas. Considerando a situação da vulnerabilidade linguística, como ressaltam Santos e Stumpf (2019, p. 42),

[n]esses materiais, a menção à necessidade de um intérprete ou tradutor é bastante recorrente, especialmente nos casos que envolvem mulheres surdas, pois as denúncias sobre os problemas de comunicação enfrentados por elas quando acessam delegacias e/ou outras redes de proteção são constantes no país. Ainda dentro dessa lógica da vulnerabilidade da língua, a tradução e a interpretação funcionam como importante meio para minimizar discrepâncias de acesso aos direitos.

A ação desenvolvida foi um projeto de tradução que visava verter uma cartilha escrita em Língua Portuguesa para Libras. Em outras palavras, tratou-se da “[...] construção do projeto de tradução da cartilha intitulada Violência doméstica: perguntas e respostas, realizada pelo Programa de Extensão TILSJUR, lotado na Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)” (Santos; Stumpf, 2019, p. 48). A cartilha (o objeto da tradução) é parte das ações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), órgão vinculado ao Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aqui fazemos uma reflexão teórica a respeito das noções da Análise de Discurso materialista. Consideramos a cartilha uma textualidade que se coloca a circular “coisas-a-saber” (Pêcheux, 2002). No caso da tradução em Libras, uma textualidade em uma materialidade significativa outra que põe a circular formulações a respeito dos direitos de mulheres surdas sinalizantes. Vale ressaltar que é possível acessar a *Cartilha violência doméstica: perguntas e respostas em Libras* em um canal no You Tube (Cartilha ..., 2017).

Outra ação em prol da difusão de saberes legais e de direitos foi realizada, em 2021, pela Criar Brasil. Foi lançado o vídeo *Saiba mais sobre violência doméstica contra mulheres surdas* (Saiba..., 2021). Narrado em Libras, com legenda e locução (voz em off de uma mulher) em Língua Portuguesa, o vídeo é apresentado pela professora surda Clarisse Guerretta, tem duração de 6’36” e pode ser assistido no YouTube¹². Em sua sinopse, tem-se a seguinte descrição:

¹¹ Pêcheux (2002), no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, postula que o acontecimento discursivo é o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2002, p.17). O acontecimento pode desestabilizar o que está posto e provocar novas interpretações no espaço da memória que ele convoca e começa a reorganizá-la.

Quando se fala sobre violência doméstica, a primeira palavra que vem à cabeça é "denúncia". É esperado, quase que cobrado, que a mulher que está na situação de violência denuncie o agressor em uma delegacia, para o Ligue 180, ou em outros locais da rede de proteção à mulher. Porém, a realidade que muitas mulheres surdas enfrentam impede totalmente a possibilidade de uma denúncia. Faltam intérpretes de libras, aplicativos pelos quais se possa pedir ajuda e uma série de ausências do estado. Confira no vídeo. (Saiba..., 2021).

Trata-se de um vídeo em Libras que pretende difundir situações verossímeis sobre violência contra mulher e amparo legal existente, sobretudo, a partir de três subtemas: violência doméstica (delegacias despreparadas para lidar com mulheres surdas); violência psicológica (tipificada no código penal de julho de 2021 e prevista na Lei Maria da Penha); violência patrimonial (tentativa de controle por meio de documentos, bens ou dinheiro). Com personagens ficcionais, são retomados casos ilustrativos de cada um dos subtemas. No vídeo, a personagem Joana, que sofria violência doméstica, é narrada por meio da seguinte situação de violência:

Joana demorou muito tempo para denunciar a violência que sofria porque, como mulher surda, não teria como ligar para o 180 e, mesmo procurando uma delegacia, não havia garantia de conseguir atendimento pela falta de intérpretes de libras nos equipamentos públicos. Na primeira delegacia, realmente não havia intérprete. Como estava vulnerável, Joana assinou o boletim de ocorrência sem ler, pois não dominava a língua portuguesa. O documento dizia que ela dispensava qualquer ajuda, mesmo que ela nunca tenha dito isso. Na segunda delegacia, bem distante de casa, havia um intérprete de libras, ela conseguiu relatar a agressão, mas, foi orientada a não registrar a ocorrência, já que estava desempregada e, na época, era dependente financeiramente do agressor. Joana foi vítima não apenas de violência doméstica, mas também de capacitismo nos locais de atendimento. (Saiba..., 2021).

Podemos observar que o relato trazido retoma dizeres em muito afirmado e reafirmado por diversas mulheres surdas vítimas de violência. Ao longo dos últimos anos, além de produções de vídeos de divulgação de subsídios legais em Libras, outras ações foram instituídas.

A título de exemplificação, podemos citar a criação, em 2021, da "Central de Libras - Violência doméstica Mulheres Surdas", um coletivo (com intérpretes surdas e ouvintes) que busca auxiliar mulheres surdas. A página se designa como um trabalho comunitário.

Como uma ação governamental, foi criado o "Atende Libras", um canal promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2021, que tem como objetivo atendimento em Libras, exclusivamente, para pessoas surdas (tanto no Disque 100 como no Ligue 180). A denúncia é feita por videochamada realizada e registrada por um intérprete de Libras. Não se trata de um canal atribuído somente ao atendimento a mulheres surdas, embora também possa ser por elas utilizado.

Complementarmente, podemos mencionar a criação de centros de interpretação em alguns municípios. São serviços de atendimento ao surdo que precisa de acompanhamento de intérprete de Libras-Português para comparecer em algum local dos atendimentos (médico e jurídico, entre outros). Embora não sejam destinados somente a mulheres surdas que sofreram algum tipo de violência, tornaram-se mais uma rede de apoio. De acordo com a notícia veiculada no jornal digital *Campo Grande News*, "Entre os surdos que procuram um intérprete da Prefeitura de Campo Grande para serem acompanhados até algum órgão de serviço público, 77% são mulheres que precisam ir à delegacia denunciar violência doméstica, a juizados ou unidades de saúde" (Maldonado, 2021, paginação irregular). Assim mulheres surdas que sofreram algum tipo de violência também podem contar com tal serviço¹³ para solicitar interpretação em delegacias.

A seguir, elaboramos um quadro com alguns serviços que podem servir como rede de apoio a mulheres surdas.

¹³ A depender da centro de interpretação, pode haver uma espera de até 15 dias para o atendimento. Nem todos funcionam 24 horas.

SERVIÇO	O QUE É?
Central de Libras - Violência Doméstica Mulheres Surdas	Grupo no Facebook para auxiliar as mulheres surdas em meio à violência doméstica. https://www.facebook.com/centraldelibrasrs/
Atende Libras	Canal virtual de denúncia de violação de Direitos Humanos. O canal é exclusivo para pessoas surdas ou com deficiência auditiva usuárias da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. https://atendelibras.mdh.gov.br/aceso
Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL)	Centro permite que pessoas com deficiência auditiva ou surda tenham acessibilidade em quaisquer serviços públicos de Campo Grande/MS.
Central Carioca de Intérpretes de Libras (CCIL)	Serviços de tradução e interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa (oral e escrita) no município do Rio de Janeiro/RJ.
Central de Interpretação de Libras (CIL)	Serviço especializado que objetiva auxiliar o usuário surdo na comunicação com pessoas ouvintes por meio da Libras em Cuiabá/MT.
Central de Intermediação em Libras (CIL)	Central de Intermediação em Libras (CIL) permite que pessoas com deficiência auditiva e surdos tenham acessibilidade em quaisquer serviços públicos na cidade de São Paulo. Modalidades de Atendimento: online

Quadro 1: Serviços de interpretação e de atendimento

Fonte: as autoras (2023)

Buscamos apresentar um levantamento implicado politicamente na salvaguarda de direitos, assim como da própria existência das mulheres surdas. Passamos à análise do documentário.

5 ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO *SEREMOS OUVIDAS*

Nesta seção, em meio à violência e ao abandono linguístico, a proposta é analisar o documentário *Seremos ouvidas*, uma produção lançada em 2020. O documentário (curta-metragem) foi produzido pela Beija Flor filmes e contou com a direção de Larissa Nepomuceno. Em relação aos aspectos de sua produção, *Seremos Ouvidas* foi realizado com recursos próprios da equipe, durante o curso de cinema do Centro Europeu. O documentário estreou mundialmente na 23ª Mostra de Cinema de Tiradentes, um dos festivais de cinema mais importantes do Brasil.

Com duração de 13 minutos e indicação livre, pode ser assistido no You Tube (Seremos..., 2020). Tem-se a seguinte descrição: “Como existir em uma estrutura sexista e ouvinte? Gabriela, Celma e Klicia, três mulheres surdas com realidades diferentes, compartilham suas lutas e trajetórias no movimento feminista surdo”. Compreendemos que esse documentário pode promover maior divulgação de uma questão social que, em geral, é invisibilizada.

O título *Seremos ouvidas* joga com a questão da atenção dada aos casos de violência sofrida por mulheres surdas: a invisibilidade, a vulnerabilidade linguística e a ausência de acolhimento. Por meio da difusão deste documentário, serão as mulheres surdas atendidas em suas demandas? *Seremos ouvidas* põe em causa exatamente a voz social dessas mulheres, diga-se uma voz silenciada

pelo machismo, pelo patriarcado, pelo ouvintismo¹⁴, como já pontuamos ao longo deste artigo. Abaixo, podemos ver o cartaz de divulgação do documentário.



Figura 1: cartaz de divulgação

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

Em nosso gesto analítico, fomos fisgadas pelas silhuetas, ou melhor pelas linhas que marcam fronteiras e delimitam os rostos das mulheres surdas que relatam casos de violência. Podemos afirmar que nosso “ponto de ancoragem” (Lagazzi, 2019) são as linhas que tecem essa composição material (Lagazzi, 2009) de rostos que se unem por linhas mistas, curvas, onduladas, quebradas, na tentativa de representar as três mulheres surdas que protagonizam o documentário e de tantas outras que ali podem estar/ser representadas, ao se identificar com certa discursividade, sentida na língua (de sinais), sentida no corpo. Além disso, nessas linhas que marcam fronteiras, há a representação da orelha, que, tomada como um objeto ideológico (Pêcheux, 2011 [1983]) que, ao mesmo tempo, aponta para a impossibilidade de as mulheres surdas ouvirem e a necessidade da sociedade “ouvir” mulheres surdas, por meio da língua de sinais.

O documentário busca expor o machismo que estrutura as relações em nossa formação social, que no caso das mulheres surdas ainda é mais acentuado pelo ouvintismo: não acesso aos mecanismos legais de proteção, aos seus direitos, às situações de preconceito linguístico etc. As três surdas narram experiências vivenciadas e silenciadas – certamente, vivências que aproximam mulheres surdas e mulheres ouvintes e que têm a potência de promover sororidade entre os dois grupos de forma a resistir e combater a opressão (ou as opressões) vivida(s).

A seguir, montamos um perfil das mulheres surdas entrevistadas que compõem o documentário (à época de sua produção).

¹⁴ Skliar (1998, p. 15), ao cunhar o termo “ouvintismo”, diz-nos que se trata de “um conjunto de representações dos ouvintes a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”.

ENTREVISTADA	PERFIL
Celma Gomes	Psicóloga que trabalha, em grande medida, com mulheres surdas. Em seus atendimentos, auxiliou inúmeras mulheres que necessitavam de orientação e amparo, já que não se sentiam mais capazes de lidar sozinhas com os seus problemas, sobretudo, para se desvincularem de relacionamentos abusivos.
Gabriela Grigolom	Atriz e poeta que relata a vivência de um casamento com um homem que a agredia física e emocionalmente, mesmo durante sua gravidez. Ao se deparar com o movimento feminista, conhecer a luta das mulheres que promove mudanças, conseguiu se libertar da violência sofrida.
Klicia Campos	Professora, cordelista e doutoranda pela UFPR que também viveu ocorrências de assédio e abuso sexual por parte de homens surdos e ouvintes por duas vezes. Identificou que a acessibilidade aos textos legais é extremamente necessária para que as mulheres surdas possam se empoderar e para que os homens surdos possam se reconstruir, a partir de uma lógica que abandone o machismo.

Quadro 2: Perfil das mulheres surdas entrevistadas no documentário

Fonte: as autoras (2023)

De modo expositivo, através de entrevistas realizadas com Celma, Gabriela e Klicia, o documentário vai se apresentando, cena a cena, com relatos recortados e recombinações de cada uma das mulheres surdas, além de outros elementos, como imagens de marchas, imagens, fotos e alguns documentos sobre movimento feminista, entremeados pela construção/desconstrução de uma peça em argila, com formato de uma mulher. Uma materialidade fílmica que se dá como um caleidoscópio, ou melhor, um multifacetado discursivo que costura regularidades na dispersão. Cada mulher surda conta suas angústias e sofrimentos, percepções e visões, que mostram o fio aparente (divisão da cena) da costura por entre cenas. Como nos lembra Orlandi (2005, p. 39), nas “[...] condições de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc.”. Em nosso material de análise, há um batimento entre verbal (Língua Portuguesa, Libras) e não verbal (cores, sonoridade, imagens, movimentos); um batimento entre descrição e análise, ou melhor,

[a] imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda (Lagazzi, 2009, p.68).

Eis que se inicia o documentário com uma tela preta, frases com letras brancas que vão preenchendo a tela. Sem som, vão se construindo os enunciados, algumas letras com traços mais grossos que as demais, que enfatizam o baixo percentual de denúncias feitas. O traço diferenciado, por força do maior destaque, produz um efeito de chamar a atenção para os percentuais apresentados. O que está em jogo é a não realização da denúncia que deixa muitos crimes impunes.

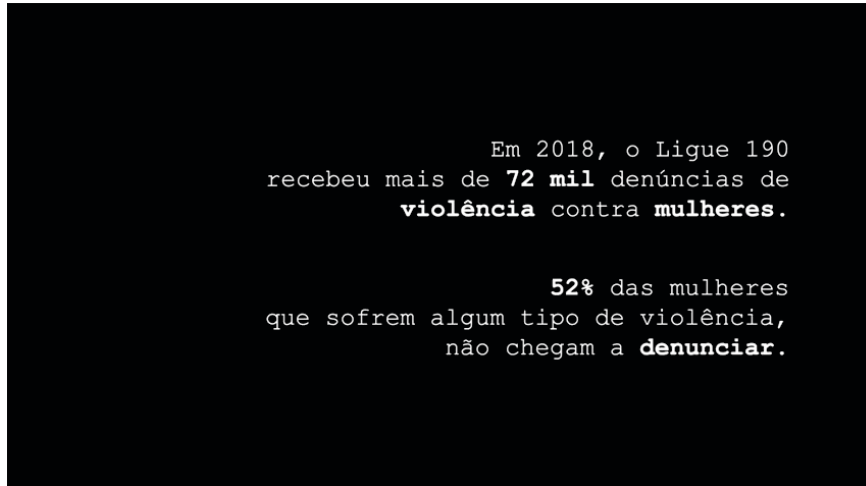


Figura 2: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

Após, temos uma composição que se relaciona “pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (Lagazzi, 2009, p. 68) – que é formulada pela imbricação do texto escrito (com informes de número de mulheres mortas) com trechos de marchas de mulheres (filmadas), com o fundo musical de *Maria, Maria* (composição de Milton Nascimento e Fernando Brant.), seguido de um som vibrante que se aproxima de uma bateria com pandeiros e outros instrumentos de percussão. Uma imbricação de diferentes materialidades. Contudo, ao apresentar a tela em preto, permanece em silêncio. Temos, portanto, silêncio entremeado com sons e sons entremeados de silêncio – como se ali representasse o silenciamento que tanto oprime mulheres ouvintes e mulheres surdas.

A costura de fios que tecem dizeres sobre violência contra mulheres se dá no vai e vem de imagens, sons, cartazes, silêncio. Em nosso primeiro recorte (cena capturada), observamos que o posicionamento do cartaz (maleável para possibilitar sua orientação para diferentes direções), tal como capturado pela câmera, interpela os sujeitos em espectadores também de uma manifestação. O enunciado no cartaz “Não quero flor, quero que parem de nos matar”, traz o pré-construído (Pêcheux, 1988) de que, apesar de se presentear uma mulher com flores, o que seria um possível gesto de gentileza e de carinho; trata-se, no entanto, da mais dura violência: o feminicídio. O cartaz pode produzir um efeito denuncia às agressões sofridas, apesar de um manto de pretenso acalanto presente no imaginário de nossa formação social: “dê flores a uma mulher”. Ao fundo, permanece a voz¹⁵ de uma mulher cantando “Maria, Maria”, tornando-se, por meio do enunciado cantado, posição-sujeito das Marias que lutam.

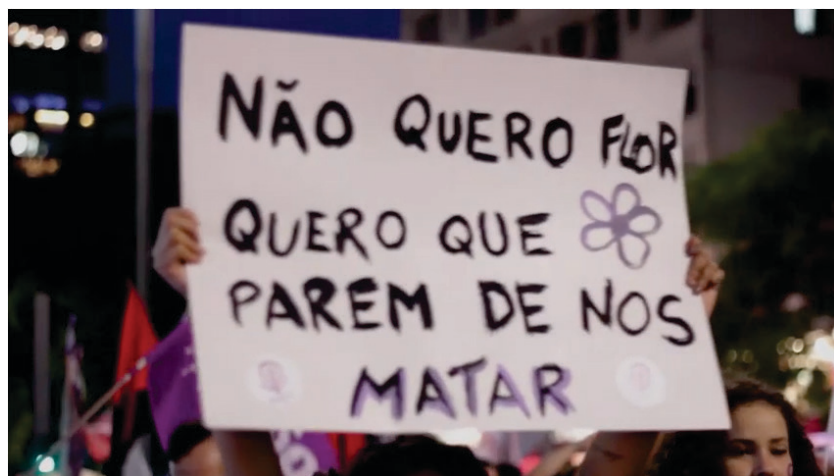


Figura 3: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

¹⁵ Em sua fecunda reflexão sobre a voz de cantoras, realizada em diversos trabalhos, Souza (2018) nos diz sobre a possibilidade de advir constituição de sujeito no canto por meio da voz. Assim, o autor se apoia no ato que faz trabalhar “os pontos de um percurso em que a voz se torna sujeito que canta” (Souza, 2018, p. 135).

Outro recorte se dá com mais uma tela preta e silêncio. Desta vez, os enunciados recortam outra região de saber: o silenciamento imposto às mulheres surdas. Mulheres que por sua vulnerabilidade linguística enfrentam barreiras outras para denunciar a violência sofrida. Denúncias que adensariam ainda mais as estatísticas.

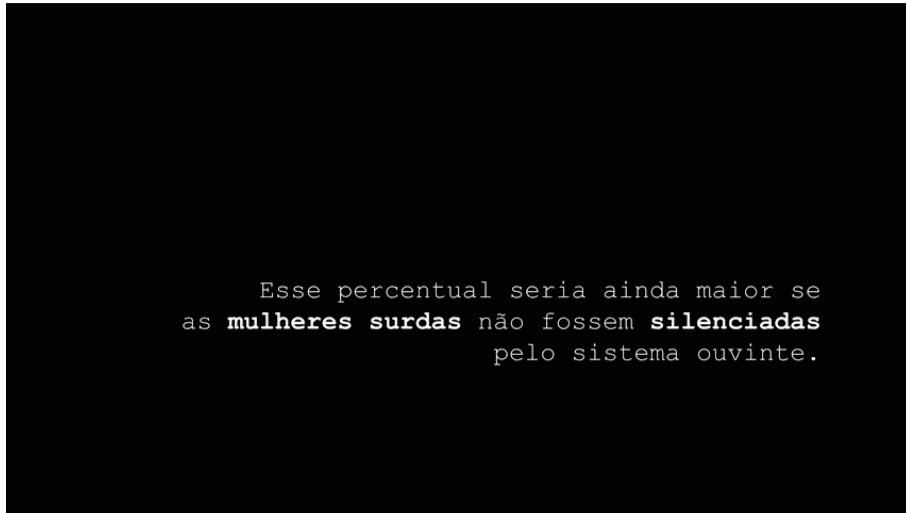


Figura 4: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

Em outro momento, uma cena de uma manifestação, outro cartaz comparece. Agora, o enunciado “Mulheres surdas pelo direito de se comunicarem em Libras nas delegacias da mulher!”. O destaque ao chamamento “mulheres surdas”, com letras hachuradas, produz um efeito de sombra ou meio-tom para o determinante discursivo “surdas” que satura o substantivo mulheres. A atenção recai sobre essas mulheres que são o foco do documentário.

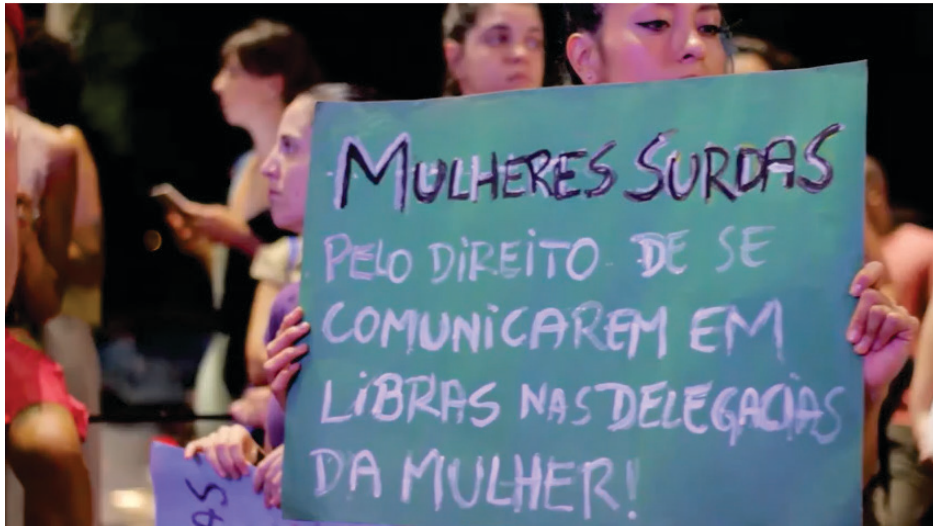


Figura 5: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

Na cena com as entrevistadas não há música. A única sonoridade é aquela produzida pelas próprias mulheres surdas: sejam sons vocais produzidos, seja o bater das mãos ou das mãos batendo no corpo. As três mulheres surdas sinalizam em Libras, uma língua que tem outra materialidade, que se realiza no espaço e no corpo (não apenas com as mãos, mas com várias expressões não manuais) e que possibilitam sua inscrição dessas mulheres no histórico. No documentário, nos trechos em que ocorre a sinalização em Libras, há legendas em Língua Portuguesa, ou melhor, essa língua se faz presente em sua forma escrita, principalmente, para envolver aqueles que não sabem a língua de sinais. As letras na cor amarela da legenda “multiplica[m] a

possibilidade de espectadores e amplia[m] o gesto de dar a conhecer” (Lagazzi, 2014, p. 135) a violência contra mulheres surdas invisibilizadas e silenciadas.



Figura 6: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

As três mulheres surdas retomam dizeres produzidos por tantas outras mulheres surdas: falta de acessibilidade em Libras, falta de informação sobre legislação de proteção à mulher, falta de empatia e necessidade de empoderamento de mulheres surdas. Dizeres que, na dispersão, apontam para uma mesma regularidade: a vulnerabilidade linguística.

Concomitantemente às sinalizações das mulheres surdas e às marchas, uma peça de argila que, ao ser modelada, paulatinamente, como a representação de uma mulher, também entremeia as cenas ou até mesmo divide a cena com as entrevistadas. As mãos que esculpem são as mesmas que chegam ao ápice da desconstrução da peça com pancadas, batidas fortes, como se essa peça-de-argila-mulher estivesse sendo agredida.

Temos um corte-inserção na qual a sinalização da entrevistada é apresentada paralelamente à desconstrução da peça modelada. Cada ação de violência narrada acompanha os socos na peça já desfigurada – cada materialidade significando por sua incompletude. Marca de um jogo parafrástico entre o verbal e o não verbal que pode ser buscado na composição entre as imagens, a sinalização em Libras e a legenda em Língua Portuguesa.



Figura 7: Recortes de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

Disforme pelos golpes desferidos, a peça volta a se tornar novamente um monte de argila amorfa. Um efeito metafórico¹⁶ é produzido: da desfiguração é possível produzir outra peça. Outras cenas vão sendo exibidas, até que se finaliza o documentário com a peça-de-argila-mulher, produzindo um efeito de fechamento. Podemos depreender outros efeitos, como aquele consequente do próprio patriarcado que transforma mulheres em sujeitos que precisam se (re)construir para garantir sua própria existência.



Figura 8: Recorte de cena do documentário

Fonte: *Seremos ouvidas* (Seremos..., 2020)

6 CONSIDERAÇÕES PARA UM FUTURO MAIS ACOLHEDOR

Em nosso artigo, buscamos dar ênfase à retomada de dizeres que apontam para a falta de atendimento em Libras nas delegacias, principalmente, pela ausência de profissionais que saibam Libras e até mesmo intérpretes de Libras. Para a garantia dessas mulheres, deve-se investir em políticas linguísticas e assim assegurar um atendimento de qualidade em sua língua, que é uma língua visual distinta, em sua materialidade, da Língua Portuguesa. Em nossa formação social, as mulheres surdas são vistas como incapazes e, por isso, são constantemente alijadas de seus direitos.

Na perspectiva teórica assumida neste artigo, consideramos a formulação e a circulação de saberes (e não, necessariamente, de informação) como uma forma de que mulheres surdas possam se fazer valer dos preceitos legais existentes. Em relação às ações de difusão de saberes sobre direitos, ressaltamos que os materiais traduzidos podem promover a “[...] igualdade de direitos e [d]o acesso à informação” (Santos; Stumpf, 2019, p. 50) tão almejados por vários pesquisadores dos Estudos Surdos. Certamente, a promoção de redes de solidariedade entre mulheres surdas e ouvintes tem, por certo, potencialidade para oportunizar espaços de acolhimento; além de ações que promovam a difusão de subsídios legais bilíngues.

Por fim, assumimos que tematizar a invisibilidade social, o silenciamento e a falta de acolhimento – que acarretam, dentre outros, a carência de acesso às garantias de direitos e que, em consequência, repercutem na manutenção e até mesmo no agravamento da opressão sofrida por mulheres surdas – pode ser uma via de se fazer circular outras formas de resistência e de enfrentamento. Formas que promovam a inserção de outros sentidos materializados pela Libras na história. Que outras Celmas, Gabrielas e Klicias possam ser ouvidas!

¹⁶ Pêcheux define efeito metafórico como a “[r]epetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção” (Pêcheux, 1997 [1969], p. 97)

REFERÊNCIAS

- BAALBAKI, A. C. F.; REBELO, A. C. A justiça de braços cruzados: impedimento às denúncias de violência sofridas por mulheres surdas. In: GARCIA, D. A.; LUNKES, F. L. (orgs.). *Mulheres e ...*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 91-109.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 07 jul 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2021.
- BORGES, C. ; CALDAS, J.;MAYER, S.; LUX, A. Mulher com 'linguagem própria' é ouvida com ajuda de intérprete em investigação que apura trabalho análogo à escravidão na casa de desembargador de SC. Portal G1, Florianópolis, 06 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/06/mulher-que-seria-mantida-em-condicoes-anologas-a-escravidao-por-desembargador-de-sc-tem-linguagem-propria-e-teve-que-depor-com-interprete.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- CARTILHA Violência Doméstica Perguntas e Respostas em Libras. Edição: Fernando Espíndola. YouTube. Data de publicação do vídeo: 23 nov. 2017. Duração: 23'15". Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=e5UU9V2cTpg>>. Acesso em: 19 maio 2023.
- COSTA, G. Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes. O Globo, Celina, 14 abril 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-interpretres-23597017>. Acesso em 23 nov. 2019.
- GOMES, K. S. Violência contra a mulher e Covid-19. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 20, n. 224, p. 119-129, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55007>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- JOVEM surda agredida por companheiro com socos e pontapés relata que foi vítima de estupro. Portal G1, Bauru/Marília, 14 jul.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/07/14/jovem-surda-registra-ocorrencia-apos-sofrer-agressao-do-companheiro-e-relata-estupro.ghtml>. Acesso em 20 fev. 2023.
- KLEIN, M.; FORMOZO, D. P. Gênero e surdez. *Reflexão e Ação*, v. 15, p. 100-112, 2007.
- LAGAZZI, S. Entre o amarelo e o azul. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. n. 44, p. 290-316, 2019.
- LAGAZZI, S. Um lugar à margem, quase invisível. *Línguas e instrumentos linguísticos*. n. 34, p. 133-156, 2014.
- LAGAZZI, S. O recorte signficante na memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). *O Discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.
- LAMBERG, D. T.; OLIVEIRA, G. T. Mulheres surdas e a violência de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11. E 13., 2017, Florianópolis. *Anais Eletrônicos* [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado\(1\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf). Acesso em: 26 mai. 2023.

MALDONADO, C. Por semana, duas surdas pedem intérprete para ir à Delegacia da Mulher. *Campo Grande News*, Campo Grande, 30 de dezembro de 2021. Seção Capital. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/por-semana-duas-surdas-pedem-interprete-para-ir-a-delegacia-da-mulher>. Acesso em: 18 fev. 2023.

OLIVEIRA, C. Movimento feminista surdo realiza encontro no Rio para debater questões de gênero. *Agência Brasil*, Brasília, 12 de novembro de 2016. Seção Cidadania. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/11/movimento-feminista-surdo-realiza-encontro-no-rio-para-debater-questoes-de-genero>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2005.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes, 2004

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, FIUBE, 1984. p.9-26.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 2ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-105.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ed. Campinas, SP: Pontes, 2002 [1983].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969]. p 61-162.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas. Editora da Unicamp, 1988.

PERLIN G.; VILHALVA, S. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. *Revista Fórum*. Rio de Janeiro, n. 33, p. 127-138, 2017.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.). *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 39-48.

SAIBA mais sobre violência doméstica contra mulheres surdas. (S.L. S. d). 1 vídeo (6 min). *Canal Criar Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YBqlgYugaDg>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTOS, S. A.; STUMPF, M. R. Cartilha sobre violência doméstica – perguntas e respostas: experiências de tradução do Português para a Libras. *Revista Espaço*, v. 51, p. 39-58, 2019. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1528/1494> Acesso em: 22 jan. 2023.

SEREMOS ouvidas. Direção: Larissa Nepomuceno. Produção: Larissa Nepomuceno; Lucía Alonso; Lucas Veiga. YouTube. Data de publicação do vídeo: 3 mar. 2022. Duração: 12’55”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nG7bE59CVwI&t=8s>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em educação: problematizando a normalidade. *In: SKLIAR, C (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p.7-32.

SOUZA, P. O efeito de presença que se produz na e pela voz. *Linguagem & Ensino* (UCPel), v. 21, p. 134-144, 2018.



Recebido em 24/06/2023. Aceito em 21/11/2023.